

BLC

BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

SUMÁRIO

TEORIA E PRÁTICA DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

BENS DE INFORMÁTICA – Exigências de certificações emitidas por instituições credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) (Sérgio Honorato dos Santos)	981
EXTENSÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS POR MOTIVOS ALHEIOS AO CONTRATADO E O INCREMENTO DE CUSTOS DE “ADMINISTRAÇÃO DE OBRA” – Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos (José Paulo Dorneles Japur e Luis Roberto Andrade Ponte)	986
A EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS EM LICITAÇÕES (Gina Copola)	993
INEXEQUIBILIDADE DE PREÇOS – Desclassificação de licitante – Decisão baseada na experiência em contrato anterior celebrado com o mesmo particular – Critério que apesar de subjetivo e imprevisível apresenta-se lógico e justificado – Demonstração da viabilidade do preço que deveria ter sido exigida pelo contratante – Circunstâncias que, entretanto, recomendam a continuidade da avença – Determinação para a não prorrogação da vigência inicial do ajuste (TCU)	997
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – Capacidade técnica – Inabilitação da vencedora do certame – Exigências concernentes ao porte da empresa e ao quantitativo de funcionários – Imposições desarrazoadas e afrontosas à previsão editalícia – Inobservância da Súmula nº 263/TCU – Comprovação por atestados da capacidade da empresa em executar os serviços objeto do contrato em quantitativo e prazo semelhantes (TCU)	1004
QUESTÕES PRÁTICAS	
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) – Atas que se encontram vigentes, mas celebradas sob a égide do Dec. nº 3.931/2001 – Adesão por órgãos e/ou entidades não participantes – Inviabilidade – Histórico sobre a polêmica que se instaurou em relação à adesão ilimitada de Atas de Registro de Preços, autorizada pelo art. 8º do revogado decreto – Disposições contidas no art. 24 do novo Dec. Federal nº 7.892/2013 – Análise do Acórdão nº 855/2013, Plenário, do TCU	1009
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESGATE ARQUEOLÓGICO – Contratação direta por inexigibilidade de licitação – Serviços técnicos profissionais especializados – Singularidade do serviço e notória especialização – Contratação direta com fundamento no art. 25, <i>caput</i> , ou art. 24, inc. II, ambos da Lei de Licitações	1011

continua...

MULTA – Contrato administrativo – Atraso de um dia na entrega do objeto pelo contratado – Processo administrativo punitivo que se apresenta mais dispendioso do que o valor da penalidade a ser cobrada pela mora – Observância ao princípio da proporcionalidade – Possibilidade de a Administração se abster de aplicar a pena – Dispensa de imposição da multa, em razão de seu valor irrisório 1013

CONTRATAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT) – Franqueadas – Observância da Lei nº 11.668/2008 – Viabilidade de competição entre vários franqueados ou entre estes e a própria empresa pública – Contratação de serviços postais que deverá ser, em regra, precedida de licitação – Serviços monopolizados – Contratação direta por inexigibilidade de licitação 1015

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Multas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei de Licitações – Parâmetros – Discricionariedade e razoabilidade – Inexistência de um percentual máximo fixado – Utilização do Dec. nº 22.626/1933 – Vedação à usura 1017

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Empresa individual – Falecimento do empresário, titular da empresa individual – Extinção da empresa contratada – Rescisão da avença com fundamento no art. 78, inc. X, da Lei de Licitações – Ocorrência excepcional da transmissão hereditária da empresa individual, por meio de autorização judicial – Possibilidade de manutenção do ajuste – Cautelas 1018

DECISÕES JUDICIAIS

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – Cláusula editalícia – Exigência da apresentação de atestado de concordância do responsável técnico pela execução da obra – Irrelevância da existência de outros documentos assinados pelo sócio-administrador da licitante, mesmo que seja profissional da engenharia civil – Impossibilidade de a Administração atribuir a responsabilidade técnica por presunção (STJ) 1021

ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS – Suspensão da realização do leilão público – Não cabimento – Autorização legislativa com especificação precisa dos imóveis a serem alienados – Justificativa do interesse público dada no Projeto de Lei encaminhado à Câmara Municipal – Prévia avaliação dos bens e acertada escolha da modalidade de licitação (TJGO) 1025

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Autarquia estadual – Cláusula de compromisso arbitral – Legalidade – Não configuração de contrato por adesão a atrair a incidência do art. 4º, § 2º, da Lei nº 9.307/1996 – Direito disponível (TJMG) 1029

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Administração – Particular que não exerce a faculdade disposta no inc. XV do art. 78 da Lei nº 8.666/1993 – Rescisão da avença ou suspensão do cumprimento das obrigações – Possibilidade de cobrança relativa aos períodos em que executados os serviços, desde que não abrangidos pela prescrição – Inteligência do art. 79, § 2º, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (TJRN) 1033

RESCISÃO CONTRATUAL – Cumulação com pedido de cobrança de valores – Compra de caminhão pelo Município – Pagamento da importância ajustada a partir de repasse de valores advindos do Ministério da Agricultura, por meio da CEF – Convênio/contrato de repasse – Entrega do bem pela contratada antes da liberação dos valores – Não caracterização de responsabilidade da Urbe pelo atraso no repasse da verba – Inexecução contratual não configurada – Consignação do montante remanescente pela Comuna – Prazo razoável extrapolado – Incidência de atualização monetária (TJRS) 1042

EMPATE FICTO – Licitação do tipo técnica e preço – Critério de desempate – Direito de preferência – Não cabimento – Microempresa – Apresentação, já na primeira proposta, do menor preço – Inadmissibilidade da apresentação de nova proposta no quesito melhor técnica para cobrir a oferta do concorrente – Inteligência dos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006 (TJSP) 1048

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL